

# XI CODS

## COLÓQUIO DE ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

BELÉM-PA, 10 E 11 DE NOVEMBRO

### O PROGRAMA “MÁSCARA PARA TODOS” DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NO PARÁ: POSSIBILIDADES, LIMITES E PROPOSIÇÕES

#### AUTORIA

**Ailton Castro Pinheiro**

E-mail: ailton.ufpa@hotmail.com

Instituição de filiação: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

**Elciene do Vale Farias**

E-mail:

Instituição de filiação: UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA - UNAMA

**Wagner Luiz Ramos Barbosa**

E-mail:

Instituição de filiação: Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará

**Mário Vasconcellos Sobrinho**

E-mail: mariovasc@ufpa.br

Instituição de filiação: Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará

#### RESUMO

A pandemia do novo Coronavírus é um problema que impacta o desenvolvimento dos territórios de uma forma complexa atingindo dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Nesse trabalho buscou-se, realizar uma análise, à luz de Recursos e Ativos Territoriais, do programa “Máscara para todos”. Criado pelo governo do Estado do Pará como estratégia de enfrentamento da pandemia da covid-19. A pesquisa classifica-se como interdisciplinar, qualitativa e fez uso da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). A coleta de dados realizou-se através de pesquisa documental. O trabalho encontrou evidências de que o programa criar e ativa recursos ligados às especificidades do território paraense. Alguns entraves precisam ser superados, por exemplo, a questão do preço das máscaras artesanais.

**Palavras-chave:** Recurso Específico, Covid-19, Ativos territoriais.

**Eixo Temático 4:** Gestão pública e desenvolvimento

## 1. INTRODUÇÃO

O novo Coronavírus, causador da doença COVID-19, é um problema complexo que afeta a qualidade de vida das pessoas em nível global em diferentes aspectos como econômico, social, ambiental, cultural etc.

Nesse cenário, a ciência ganha importância e urgência, e uma de suas funções se sobressai, a de tentar “predizer” (POPPER, 2013) acontecimentos. Em relação a isso, observa-se muitos estudos sendo divulgados, quase em tempo real, por revistas científicas, mídia ou mesmo em forma de *preprint* (estudo ainda não revisado por pares). São previsões, no entanto, mais focadas no aspecto epidemiológico do problema.

Pouco se tem notícias de previsões ou acompanhamentos ancorados em bases teórico-metodológicas interdisciplinares, dos possíveis impactos em níveis locais, especialmente nos Recursos e Ativos que sustentam a economia e contribuem para a melhoria da qualidade de vida em nível local. Tentar compreender isso é tão importante, quanto o controle de transmissão do vírus SARS-Cov-2(causador da doença Covid-19), ou prever a quantidades de mortes no Brasil e África como previu professores da Universidade de Oxford<sup>1</sup> em um *preprint*.

Esse trabalho, empenha-se em contribuir no atendimento dessa lacuna à luz de um modelo teórico analítico interdisciplinar, voltado a compreensão de Recursos e Ativos Territoriais. Ancora-se na matriz teórica do desenvolvimento territorial, um tipo de desenvolvimento sustentável, que vem sendo teorizado por autores de diferentes ciências em diferentes países (BENKO e PECQUEUR, 2001; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013; ROCHA et al, 2016). Nessa perspectiva, Recursos e Ativos são fatores (bens e serviços) a explorar, a organizar, a revelar ou em atividade que contribuem para a melhoria da qualidade de vida nos territórios.

Assim, os bens e serviços em metamorfose no território não são reconhecidos, exclusivamente, pela unidade monetária que atribui um valor de custo e preço, mas ao aspecto holístico inerente ao desenvolvimento sustentável como a importância social, econômica, ambiental, cultural, felicidade, saúde mental etc.( BENKO e PECQUEUR, 2001; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013; ROCHA et al, 2016).

O Território, por sua vez, é compreendido não apenas como o espaço delimitado geograficamente (por exemplo, um estado), mas a partir desse tipo de referência “[...]um feixe de articulação de escala de ação” (ROCHA, 2016 p.15), do local ao global onde atores públicos, da sociedade civil e econômicos estabelecem relações formais e

<sup>1</sup> Disponível em: [https://theintercept.com/2020/03/16/coronavirus-estudo-mortos-bolsonaro/?fbclid=IwAR0ZtyqUZB25XtFU00Hif0Nt\\_Kys52l8HJuSRt3CHZ\\_ZZj-q68Pw38mljSs](https://theintercept.com/2020/03/16/coronavirus-estudo-mortos-bolsonaro/?fbclid=IwAR0ZtyqUZB25XtFU00Hif0Nt_Kys52l8HJuSRt3CHZ_ZZj-q68Pw38mljSs). Acesso em 17/03/2020.

informais (BENKO e PECQUEUR, 2001; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013; ROCHA et al, 2016).

Nessa conjuntura, este artigo tem como objetivo realizar uma análise, à luz de Recursos e Ativos Territoriais, do programa Máscara para todos. Criado pelo governo do Estado do Pará como estratégia de enfrentamento da pandemia da covid-19. A pesquisa classifica-se como qualitativa e fez uso da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). A coleta de dados realizou-se através de pesquisa documental no portal de transparência do governo do Estado do Pará.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo qualitativa, pois busca investigar uma realidade específica em sua complexidade (GIL,2008), neste caso, o Estado do Pará e suas estratégias institucionais diante do problema da pandemia do novo Coronavírus, especificamente, o programa “Máscara para todos”. A coleta de dados ocorreu no período de 23 de março de 2020 à 13 de setembro de 2020 através da pesquisa documental no portal de transparência do estado do Pará e no *site* da Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAD).

### Quadro 1-Órgãos ou jornais, endereços eletrônicos e tipos de documentos consultados

Órgãos oficiais/Jornais	Endereço eletrônico	Tipo de documento
Secretaria de planejamento e Administração; portal de transparência;	<a href="http://seplad.pa.gov.br/">http://seplad.pa.gov.br/</a> <a href="http://www.transparenciacovid19.pa.gov.br">www.transparenciacovid19.pa.gov.br</a>	Edital e demais documentos oficiais do programa máscara para todos.

Fonte: elaborado pelo autor.

Foi utilizado o aspecto qualitativo do método de Bardin (1977), onde selecionou-se as categorias teóricas: Recursos e Ativos Territoriais que norteou a referida coleta de dados.

Por conseguinte, conduzido pelo método desse autor, delimitou-se este artigo nas seguintes categorias analíticas inter-relacionadas: criação de recursos específicos, metamorfose de Ativação e Metamorfose de execução.

**Quadro 2-Categorias de análises e detalhamento**

categorias de análises	Detalhamento
Criação de recurso	Analisa e organiza-se os dados da concepção do programa, o seu público alvo, metas e objetivos etc. Para saber em que medida ele se apresenta enquanto um Recurso Específico.
Metamorfose de Ativação	Analisa e organiza-se os dados que mostram os aspectos da Ativação, ou seja, as ações administrativas (contratos, planejamento orçamentário e financeiros) que colocam o programa em funcionamento.
Metamorfose de execução	Analisa e organiza-se os dados de execução do programa como aquisição das máscaras pelo governo, o preço etc.

Fonte: elaborado pelos autores.

Em seguida, realizou-se a análise que ocorreu a partir do confronto desses dados com a teoria de partida e quando necessário, confrontando com estudos anteriores disponíveis na literatura correlacionada ao tema.

### 3. RECURSOS E ATIVOS TERRITORIAIS

O desenvolvimento territorial é uma corrente de desenvolvimento sustentável de perspectiva interdisciplinar, que vem sendo construída por pesquisadores de diferentes países (VASCOCNELLOS SOBRINHO, 2013, DALLABRIDA, 2007, ROCHA et al,2016; PECQUEUR,2005; BENKO e PECQUEUR,2001).

Nessa perspectiva o desenvolvimento territorial “[...]designa todo o processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma **cultura** e um **território**.” (PECQUEUR, 2005 p.12, **grifo nosso**).

“[...] o desafio das estratégias de desenvolvimento dos territórios é essencialmente identificar e valorizar o potencial de um território. Trata-se de transformar **recursos em ativos**, através de um processo de mobilização e arranjos dos atores, frequentemente em torno de um problema inédito.” (PECQUEUR, 2005 p.1, **grifo nosso**).

Como afirmou Pecqueur (2005) este conceito pode levar a longos desenvolvimentos teóricos. Nesta pesquisa, no entanto, focou-se nos Recursos e Ativos Territoriais, cuja

primeira formulação foi feita segundo ele, em 1992, em parceria com “Celletis”, em seguida com George Benko em 2001<sup>2</sup>, depois em produções individuais (PECQUEUR, 2005; 2009).

Estes autores propõem essas categorias na proposição de explicar, a partir de uma crítica ao modelo fordista, que há uma nova lógica de produção na relação local-global onde o custo de produção não é o único fator que importa as especificidades de cada território ocupam também importância nos domínios econômicos. Essas especificidades não são apagadas sob o fluxo econômico da mundialização como muitos pensavam (BENKO e PECQUEUR, 2001).

Assim, para eles os Recursos são fatores de produção a explorar a organizar ou a revelar enquanto os Ativos são fatores em atividade em um território. Tanto os Recursos quanto os Ativos podem ser classificados em Genéricos e Específicos. Eles sustentam o desenvolvimento territorial, pois contribuem para a geração de benefícios ligados a qualidade de vida das pessoas (BENKO e PECQUEUR, 2001; PECQUEUR, 2005; 2009), nesse sentido, o foco não está, exclusivamente, em “benefícios econômicos” como na perspectiva contábil positivista, neoclássica e empresarial destes conceitos (NIYAMA e SILVA; MAJOR, 2017).

Os Recursos e Ativos Genéricos são fatores de produção que estão totalmente no mercado e a sua aquisição não necessita da existência e da ativação de formas de coordenação fora do mercado, como por exemplo, as redes. (BENKO & PECQUEUR, 2001). “São fatores tradicionais de definição espacial, discriminados pelos preços e custos” (BENKO & PECQUEUR, 2001p.43).

O Ativo Específico, por sua vez, são os fatores em atividade que tem alguma particularidade de uso no território, isso remete a Economia dos Custos de Transação (ECT) na abordagem de Oliver Williamson (BENKO & PECQUEUR, 2001). Isso significa que esses tipos de bens e serviços perdem parte do seu valor produtivo no caso em que são reempregados num uso alternativo (BENKO & PECQUEUR, 2001). Com isso, defendem os autores, estão mais protegidos de possíveis de serem captados pelas redes globais que atravessam o território.

Apesar disso, de acordo com os autores Recurso Genérico, Ativo Genérico e mesmo os Ativos Específicos, não permitem uma diferenciação durável de um território. Marquesan (2015), reforça esse argumento ao afirmar que às especificidades dos Ativos só duram enquanto uma concorrente não consegue um Ativo Específico semelhante, por isso, segundo este autor há sempre uma corrida por novos Ativos Específicos.

---

<sup>2</sup> Artigo: os recursos de território e os territórios de recursos. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14006>. Acesso em 17/04/2020.

Neste entendimento, Benko e Pecqueur (2001) defendem que uma diferenciação durável só pode nascer verdadeiramente dos Recursos Específicos (RE).

Os **recursos específicos** só existem no estado virtual e não podem, em caso nenhum, ser transferidos. Esses recursos **nascem de processos interativos** e, então, são gerados na sua configuração. Eles constituem a expressão do processo cognitivo que se inicia quando atores dotados de competências diferentes põem essas competências em comum e, dessa forma, produzem conhecimentos novos. Quando **conhecimentos e saberes heterogêneos** são combinados, novos conhecimentos são produzidos que podem, por sua vez, participar de **novas configurações**. (PECQUEUR, 2005 p.13 *grifo nosso*).

Ou seja, O RE é um conhecimento novo gerado em processo interativo onde pessoas com diferentes conhecimentos, “formulam e buscam soluções para um problema inédito. (BENKO e PECQUEUR, 2001).

**Quadro 4-síntese das principais características de Recursos e Ativos territoriais**

CARACTERÍSTICAS	RECURSOS E ATIVOS TERRITORIAIS			
	Recurso Genérico	Recurso Específico	Ativo Genérico	Ativo Específico
Funcionamento dos fatores	Fatores a revelar, a explorar ou a organizar.		Fatores em Atividade	
Origem	Potencial que pode existir em qualquer lugar.	Potencial que só aparecem no momento das combinações das estratégias de atores para resolver um problema inédito.	Produto ou serviço surgidos do processo de Ativação do Recurso Genérico.	Infraestrutura, conhecimento, produto ou serviço destinado a um uso <b>futuro</b> particular no território.
Mensuração	Custo e preço	Imensurável	Custo e preço	Uso futuro

Fonte: elaborado pelos autores com base em Benko e Pecqueur (2001); Pecqueur (2005;2009).

Os recursos e Ativos estão em constante metamorfose no território, ou seja, Recursos se transformam em Ativo ou pode também retornar ao estado de recurso. Essas transformações decorrem das múltiplas ações de atores locais e globais é um processo imbricado, portanto, nas múltiplas relações que se estabelecem no espaço construído (BENKO e PEQUEUR, 2001). E por isso, pode gerar impactos positivos ou negativos à qualidade de vida (BENKO e PEQUEUR, 2001) que neste artigo operacionaliza-se, através das liberdades instrumentais e do respeito aos limites da natureza.

Nesse desfecho, os autores defendem uma relação de metamorfose estratégica para o desenvolvimento territorial em que o Recurso Genérico deve transformar-se em Ativo Genérico e este, em Ativo Específico. O Recurso Específico, principal fator a ser buscado, deve ser construído a partir de saberes e conhecimentos locais em seguida ativado.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa “Máscara para Todos” é um exemplo de ação governamental no Pará, onde pode-se evidenciar a construção e ativação de Recurso Específico.

O Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad), divulgou nesta segunda-feira, 13, o edital especial de Chamamento Público nº 001/2020, para o programa “Máscara Para Todos”. O Programa vai **comprar a produção** de máscaras de tecido, de **costureiras** – pessoa física, **cooperativas**, microempreendedor individual e empresas de pequeno porte. O objetivo é **fomentar a renda das famílias** e pequenos negócios, além de **proteger a saúde da população** e assim evitar a propagação do Covid-19. As máscaras serão distribuídas gratuitamente a população (SEPLAD,2020a, **grifo nosso**).

O fato do programa ter sido concebido no território paraense diante de um problema inédito decorrente da Covid-19 e ancorado nas especificidades do território e ainda ter envolvido atores locais, o caracteriza como um Recurso Específico, pois, “o RE é uma ideia ou conhecimento novo gerado em processo interativo, onde pessoas com diferentes conhecimentos formulam e buscam soluções para um problema inédito”. (BENKO e PEQUEUR, 2001). Pecqueur (2009), em outro texto, denomina isso de processo endógeno de inovação.

A inserção das costureiras de diversos bairros da cidade de Belém-PA, como público alvo do projeto, por exemplo, é uma evidência de que o programa foi projetado com base nas especificidades territoriais, pois segundo Novaes (2016), este tipo de atividade está conectado a processos de aprendizagens ligados às características históricas e culturais.

Um nicho de mercado artesanal, que segundo ele, escapa da lógica de padronização e, no Brasil, é aproveitado geralmente por mulheres que detêm esses saberes e desenvolvem a costura de forma diferente uma das outras, pois cada uma possui uma história de vida.

Figura 1- produção de máscara artesanais por mulheres do programa.



Fonte: Seplad,2020.

Outra especificidade territorial que compõe o programa são os pequenos empreendedores que estão inscritos na forma de pessoa jurídica. Estes empreendimentos que já vinham atuando no território, portanto, eram “Ativos Específicos” do Território, mas agora, são também parte do RE, porque, nas suas unidades produtivas ou comerciais, atualmente, ocorre “metamorfose” (PECQUEUR,2005), de Ativação do Recurso Específico, o que gera novos ativos: as máscaras artesanais.

Estes novos Ativos Específicos que surgem desse RE, trazem como perspectiva a qualidade de vida. Segundo Vasconcellos Sobrinho (2013), o conceito de qualidade de vida é bastante subjetivo, por isso, ele sugere ser possível, na realidade da Amazônia paraense, utilizar o conceito de liberdades instrumentais de Amartya tem como critério mais operacional visualizar a qualidade de vida advinda de ações dos atores locais.

A partir dessa ligação teórica com este autor, pode-se dizer que o programa apresenta perspectivas de geração de benefícios de liberdade instrumental de forma integrada: a “facilidade econômica” (SEN,1999), pois o governo garante a compra da produção de máscaras, possibilitando o lucro dos empreendedores individuais ou “sobras” (SANTOS, GOUVEIA e VIEIRA, 2008), no caso das organizações cooperativas.

A “segurança protetora” pode ocorrer, pois esta ação visa também a “suplementação de renda que impedem que a população seja reduzida à miséria abjeta e em alguns casos até a fome e a morte” (SEN, 1999; CORREA JUNIOR, 2012 *apud* SEN, 2000 SEN). Constata-se também, a perspectiva da geração de benefícios de “Oportunidades Sociais” (SEN, 1999), pois as máscaras serão distribuídas gratuitamente para população, assim, lhe proporcionando uma maior proteção da saúde.

Esse tipo de ação é importante porque os Recursos Específicos e os Ativos Específicos que surgem dele, proporcionam ao território uma “diferenciação durável” (BENKO e PECQUEUR,2001) e como observados no caso do Pará, integram uma quantidade significativa da perspectiva de “liberdades instrumentais” (SEN, 1999; CORREA JUNIOR, 2012 *apud* SEN, 2000).

A seguir, busca-se analisar de forma integrada a “metamorfose de Ativação” e de “Execução” especificamente, o planejamento orçamentário, a execução do orçamento e o processo de “troca mercantil” (BENKO e PECQUEUR,200) entre os empreendedores e o Estado. O governo gerou a demanda de 230.000 máscaras artesanais com a seguinte estrutura de preço:

9.1 A SEPLAD pagará os seguintes **preços máximos**:

- a) para pessoa física: até **R\$ 3,30** (três reais e trinta centavos) por unidade;
- b) para pessoa jurídica: até R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) por unidade (SEPLAD,2020 b p.51).

Isso significa que foi orçado um valor total de 759.000,00, o que foi programado na contabilidade da seguinte forma:

UO:91101  
Programa de Trabalho: 04.122.1508.7683-Ação COVID  
Natureza de Despesa 33.90.30- Material de consumo  
Valor Anual: R\$ 759.000,00  
Fonte:0101008417  
Origem do Recurso: Tesouro do Estadual (SEPLAD,2020b p 81).

A tabela a seguir representa as primeiras aquisições realizadas pelo programa, tanto de pessoas físicas quanto dos empreendedores organizados na forma de pessoa jurídica.

Tabela -1 aquisição de Máscaras Artesanais pelo Governo do Estado do Pará

Tipo de fornecedor	Valor Unitário(R\$)	Valor Total(R\$)
Pessoa jurídica (Homem)	3,25	54.164,50
Pessoa jurídica (Homem)	3,25	54.164,50
Pessoa jurídica (Mulher)	3,25	54.164,50
Pessoa física (Mulher)	2,70	891,00
Pessoa física (Mulher)	3,30	2.201,10
Pessoa física (Mulher)	2,70	891,00

Portal de transparência do Estado do Pará consulta em 13/09/2020.

Esse quadro é parte do espelho retirado do portal de transparência. Destaca-se que dos CPF's que foram observados nesse primeiro momento, todos são de mulheres, o que confirma a predominância feminina nessa atividade como observado por Novaes (2016). No caso dos CNPJ's encontram-se um maior equilíbrio.

Porém, por se tratar de Pessoa Jurídica não é possível afirmar apenas com esses dados se há ou não a presença de homens no processo produtivo. Certamente esse quadro pode servir de base para uma discussão teórica envolvendo a questão do gênero e oportunidades no mercado de trabalho, no entanto, fica como ponte de partida para novos estudos. O que se pretende observar aqui, é um problema na "metamorfose" que envolve o preço e o processo orçamentário que são impactados fortemente pelas regras da Lei 8.666/1993.

A norma de licitação, Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, surgiu no contexto do neoliberalismo do governo Fernando Affonso Collor de Mello e sancionada após o seu *impeachment* por Itamar Franco. A ideia na época era **burocratizar** o processo de compra pela administração pública para evitar desvio de recursos públicos e com isso garantir o equilíbrio fiscal do Estado (MIGUEL, 2015 **grifo nosso**).

Nesse ponto o governo supera essa burocratização, porque as aquisições são na forma de chamada pública, através de um processo de inexigibilidade de licitação (SEPLAD,2020b). Todavia, permanece a ideia de pagar sempre o menor preço. Esse

menor preço é um entrave para uma ativação eficiente do “Recurso Específico.” Pagar um preço maior é teoricamente aumentar múltiplas “liberdades instrumentais” e ao mesmo tempo garantir uma maior durabilidade de desenvolvimento na perspectiva de Benko& Pecqueur (2001).

Outro entrave do programa está no processo organizativo do seu orçamento, pois o quadro mostra que os CNPJ's têm uma maior capacidade de “esvaziar” a cesta de R\$ 750.000,00 de dinheiro projetada pelo governo. Enquanto os CPF's, a maioria de mulheres costureiras têm menor capacidade de retirada.

## 5. CONCLUSÕES E DIRETRIZES

Esse artigo mostra que durante uma crise pandêmica, pode surgir estratégias endógenas que se alinham à perspectiva do desenvolvimento territorial. Isso foi percebido em parte, ao se analisar o programa máscaras para todos, criado pelo Governo do Estado do Pará, como estratégia de enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Ao analisar o programa, observa-se evidências de que Recursos Específicos estão sendo revelados e ativados. Isso, na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável é um indicador relevante, pois, é o que possibilita uma maior durabilidade de desenvolvimento de um território, porque tem condições de inclusão socioproductiva dos cidadãos e, como inferido, é capaz de contribuir com as liberdades instrumentais de forma integrada. É uma ação, portanto, que deve ser incentivada e ampliada buscando também revelar, identificar e ativar outros Recursos “escondidos”, ligados ao contexto histórico e cultural do Pará.

Encerra-se este trabalho com duas diretrizes que podem subsidiar o melhoramento dessa importante iniciativa endógena em época de pandemia.

Diretriz	Detalhamento
1.Preço	O preço das máscaras artesanais relacionadas às pessoas físicas que na maioria são mulheres devem ser ajustados para cima. É possível buscar uma justificativa jurídica para isso, considerando o impacto econômico causado pela Covid-19. Isso deve ser construído a partir de um diálogo com as mulheres para que seja pensado um preço justo.
2. Processo	É preciso separar as fontes orçamentárias dos fornecedores pessoas jurídicas, das pessoas físicas, pois se assim continuar os CNPJ's irão captar todo o recurso, pois têm maiores condições de fornecer em grandes quantidades.

<b>3. Organização</b>	Organizar as mulheres (pessoas físicas) em cooperativas.
-----------------------	--

Fonte: elaborado pelos autores.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BENKO, George; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. Geosul, Florianópolis, v. 16, nº 32, p.31-50, jul/dez.2001.

CORREA JUNIR, Carlos Barbosa. **As liberdades instrumentais de Martya Sen e os novos indicadores de desenvolvimento**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/1024/1/Carlos%20Barbosa%20Correa%20Junior.pdf>. Acesso em 19/04/2020.

GIL, Antônio Carlos. Método e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAJOR, Maria João. O positivismo e a pesquisa “alternativa” em Contabilidade. Revista de contabilidade e finanças-USP, São Paulo, v. 28, n. 74, p. 173-178, mai./ago. 2017. Disponível em: < [http://www.scielo.br/pdf/rcf/v28n74/pt\\_1808-057X-rcf-28-74-00173.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rcf/v28n74/pt_1808-057X-rcf-28-74-00173.pdf)>. Acesso em 17/09/2019.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Teoria da contabilidade. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NOVAES, Clarissa Alves de. Evolução histórica do ofício de costureira e sua configuração em Ateliês de costura de viçosa-MG. Dissertação de Mestrado, Viçosa-MG, 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/9963/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 23/04/2020.

PARÁ. Decreto nº 609, de 16 de abril de 2020. Dispõe sobre as medidas de enfrentamento do Estado do Pará, à pandemia do novo coronavírus-COVID-19. Disponível em <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/5444>. Acesso em 23/04/2020.

Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAD a). Seplad Divulga Edital do programa “Máscara Para Todos”. Disponível em: <<http://seplad.pa.gov.br/2020/04/13/seplad-divulga-edital-do-programa-mascara-para-todos/>> Acesso em 23/04/2020.

Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAD b). Processo de nº 2020/275048 com documentos do programa máscara para todos. Disponível em: <[www.tranaparenciacovid19.pa.gov.br](http://www.tranaparenciacovid19.pa.gov.br)>. Acesso em 13/09/2020.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. Revista política & Sociedade. nº 14-abril de 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p79/10955>> Acesso em 16/08/2019

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem do processo de desenvolvimento para as economias do Sul. Raízes, Campina Grande, Vol. 24, n.º 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005. Disponível em: <[http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo\\_53.pdf](http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_53.pdf)> Acesso em 16/08/2019.

POPPER, Karl Raimund. A lógica da pesquisa científica. 2ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

ROCHA, Gilberto de Miranda; TEISSERENC, Pierre; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. Aprendizagem Territoriais, Participação Social e Ação Local na Amazônia. 1ª Ed. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos Gerais e Prestação de Contas. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. (2013). Notas introdutórias sobre desenvolvimento e desenvolvimento territorial. In: MITSCHHEIN, Thomas et. al. Desenvolvimento local e direito à idade na floresta amazônica. Belém: NUMA/UFPA, 2013.